


Da Catástrofe a um novo futuro: uma análise das representações anticoloniais em três romances de Susan Abulhawa

From the Catastrophe to a New Future: an analysis of
anti-colonial representations in Susan Abulhawa's novels

Letícia Campos de Resende 

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.

E-mail: leticia.resende@ufg.br

RESUMO: Neste artigo nos propomos a analisar três romances da autora Palestino-estadunidense, Susan Abulhawa. São eles: *As madrugadas em Jenin*, *O azul entre o céu e a água* e *Against the Loveless World* (*Contra o mundo sem amor*). Nosso estudo tem o objetivo de refletir sobre o modo como Abulhawa representa ficcionalmente, e sob uma lente anticolonial, o colonialismo de ocupação sionista que se dá na Palestina. Isso nos levará a explorar como a autora reconstrói a História e representa as relações entre espaço e tempo nos seus três romances. Argumentamos que ela se insurge contra o que chamamos neste artigo de “tempo colonial”. Este desistoriciza as relações entre povos indígenas e sua terra, relações estas que Abulhawa busca restaurar na ficção, com a intenção de imaginar melhores futuros políticos.

PALAVRAS-CHAVE: *As madrugadas em Jenin*; *O azul entre o céu e a água*; *Against the Loveless World*; Palestina; Anticolonialismo

ABSTRACT: In this article, we propose to analyze three novels by Palestinian-USian author Susan Abulhawa, *Mornings in Jenin*, *The Blue between the Sky and the Water* and *Against the Loveless World*. Our study aims to reflect on how Abulhawa fictionally represents the history of Zionist colonialism in Palestine through, what we argue, is an anti-colonial framing. This will lead us to tackle the reconstruction of History in the author's works, as well as her representation of space and time, in order to go against (what we are calling here) “colonial time”. The latter de-historicizes the relations between indigenous peoples and their land, relations which Abulhawa seeks to fictionally restore, aiming the imagining of better political futures.

KEYWORDS: *Mornings in Jenin*; *The Blue between the Sky and the Water*; *Against the Loveless World*; Palestine; Anti-colonialism

COMO CITAR

RESENDE, Letícia Campos de. Da Catástrofe a um novo futuro: uma análise das representações anticoloniais em três romances de Susan Abulhawa. *Revista da Anpoll*, v. 56, e2056, 2025. doi: <https://doi.org/10.18309/ranpoll.v56.2056>

1 Introdução

Afirmar que é inegável a relação entre o modo de produção capitalista e a degradação das condições naturais e sociais de vida no planeta soa como um truísmo, e dos mais pobres. E, ainda assim, torna-se necessário repeti-lo por dois motivos: em primeiro lugar, porque essa compreensão não se exprime no discurso hegemônico, de extração liberal, focado na ação (e consequente culpabilização) individual – sobretudo, da classe trabalhadora – e facilmente apropriável por veículos de transmissão da ideologia dominante, como, por exemplo, a mídia monopolista. (Embora, com o aprofundamento das contradições do sistema capitalista nos últimos anos, até a fachada discursivamente progressista com que vinha se apresentando o regime neoliberal, desde a segunda década dos anos 2000, parece ter desmoronado de vez). Em segundo lugar, porque, mesmo entre pensadores de campos como a Ecocrítica e os Estudos Pós-coloniais, por exemplo, não são bem recebidos, salvo exceções, métodos materialistas e radicalmente anticapitalistas de análise da realidade.

Decorre frequentemente dessa segunda razão o apagamento da dimensão imperial-colonialista do sistema – um apagamento devido talvez, em parte, ao fato de as contribuições mais em voga daqueles campos de estudo virem de dois grandes eixos mundiais do poder econômico: a Europa ocidental, decadente e subserviente ao eixo supremo, os Estados Unidos. Assim, mesmo nos casos em que se pensa a acumulação capitalista como a responsável pela desintegração das nossas condições de vida, não é comum que se leve em conta o subdesenvolvimento produzido por ela como, por um lado, base sustentadora da melhoria (temporária) das condições de vida nos países desenvolvidos e, por outro, fator de devastação tanto no Norte quanto, acima de tudo, no Sul global. Prova disso é a postura de intelectuais representantes, por exemplo, do campo Pós-colonial, que não têm se manifestado muito diante da experiência diante da experiência mais emblemática de uso da violência neocolonial no mundo contemporâneo: a do colonialismo sionista na Palestina, que há setenta e sete anos vem empregando métodos de limpeza étnica e de genocídio, intensificados nos últimos dois anos, contra a população autóctone daquele território.

Esse é, na verdade, um uso tão emblemático da violência imperialista, que a Palestina vem se tornando há décadas o laboratório global de experimentos de tecnologia policial-militar, bem como um grande centro de circulação e geração de capital para a indústria bélica e de vigilância, que encontra nos demais países do Sul global terreno fértil para a propagação e o fortalecimento do poder político-econômico dos países do centro do sistema – vide, por exemplo, o massacre de outubro de 2025 no Rio de Janeiro.

O medo de um mundo sem futuro e o agravamento palpável da piora das condições de vida no planeta são a combinação perfeita para a naturalização da devastação com que nos deparamos quotidianamente, com ou sem a mediação de uma tela. Em novembro de 2023, por exemplo, passado um mês do início do genocídio sionista contra o povo palestino, a âncora de importante jornal do conglomerado de mídia mais rico e poderoso do Brasil, ao apresentar de forma direta e sóbria os números assustadores de crianças palestinas assassinadas por Israel em Gaza, em tom muito racional e lógico – digno de uma peça de Ionesco –, ecoa o fatalismo sombrio dos que proclamam não haver alternativa ao extermínio étnico, assim como aparentemente *não há alternativa* à catástrofe ambiental. Ela diz que, dado o alto número de crianças vivendo em Gaza, é esperado que tantas sejam exterminadas por Israel – um dano colateral,

digamos¹. Esse tipo de enquadre absolutamente a-histórico, a um só tempo estarrecedor e estupefaciente, com tons de eugenia e, não à toa, beirando o malthusianismo, longe de ser único, é representativo dos interesses da classe dominante internacional, senhora suprema da brasileira. Mesmo dois anos depois de ocorrida expressão tão degradante da miséria intelectual do pensamento liberal, ela demonstra de maneira muito hábil o niilismo que, manifestando-se até nas ciências humanas – embora ali, talvez, de maneira mais sofisticada –, é sintomático do tipo de desconexão entre sujeito e realidade externa, produto da dinâmica capitalista.

Do ponto de vista dessa dinâmica, impor a crença de que a devastação é inevitável não basta. Uma das outras cabeças da Hidra está determinada a matar qualquer desejo de mudança; qualquer *fábrica teimosamente fabricada*² pela vida; qualquer ação que culmine na refundação e reconstrução dos nossos modos de viver. Resistir ao colonialismo é um tipo, dos mais teimosos, de prática daquelas ações; uma explosão, violentamente emancipatória, da afirmação da nossa humanidade, não importa que ela seja taxada de terrorista e condenada pelos porta-vozes do poder.

Mas, assim como se tornam emblemáticas e sintomáticas de um sistema mais amplo a despossessão e exploração a que estão submetidos os palestinos, a resistência desse povo é também o que se tem hoje de mais exemplar, se quisermos destruir aquele sistema. E, se a condenação à situação perpétua de colonização se dá, em parte, no nível ideológico, resistir a ela também deve envolver a criação imaginativa de projetos políticos que levem a cabo novos modos de conceber realidades sociais alternativas. Afinal, se estamos lutando contra o imperialismo e o colonialismo, configurados, por exemplo, sob a forma de um estado de apartheid semi-teocrático e de supremacia branca, é preciso sermos capazes de refletir sobre alternativas políticas, econômicas e sociais que o possam substituir. É aqui que entra a utopia: como a imaginação de uma ainda não realizada realidade que *poderia vir a ser* (no futuro), conforme as condições materiais *apresentadas no presente*. O salto “do que é” ao “que pode ser”³, embora aparentemente envolva apenas conexões entre o presente e o futuro, encontra no passado, *historicamente*, traços do que potencialmente está por vir.

Nas artes, poucas mídias podem assumir a tarefa de imaginar novos futuros e de recriar a História tão eficazmente quanto a literatura. Numa época em que certas correntes estéticas têm tendência a minar a relação entre forma e conteúdo, desistoricizando a ambos em termos das condições de produção e das funções sociais da obra literária, não surpreende que muitos textos contemporâneos ecoem a ruína apocalíptica de uma sociedade sem História nem futuro.

¹ Em segmento que foi ao ar em 02 de novembro de 2023 no *Jornal da Globo*, diz a tal jornalista: “Mas os números [de crianças massacradas, com corpos recuperados/identificados e desaparecidos] são, mesmo que de forma aproximada, *compatíveis com o que nós estamos assistindo*. E por que esse fato terrível? Por que tantas crianças mortas? Um fator estrutural é a demografia especialmente jovem na Faixa de Gaza [...]” (grifos nossos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xN_hQaMAGBA. Acesso em: 06 nov. 2025).

² Alusão a uma das passagens mais famosas de *Morte e vida severina*, de João Cabral de Melo Neto.

³ As expressões entre aspas foram adaptadas por nós da edição brasileira de *O homem unidimensional*, de Herbert Marcuse. Na tradução brasileira: “a consciência infeliz de um mundo dividido no qual ‘aquilo que é’ fica aquém, e mesmo nega, ‘aquilo que pode ser’” (Marcuse, 2015 [1964], p. 204).

Considerando a situação na Palestina, acreditar que é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do regime sionista de Israel⁴ significa não apenas aceitar, mas justificar o fim de um povo e de sua História.

O que propomos fazer nas páginas que seguem é nos debruçar sobre três romances de uma autora palestino-estadunidense: Susan Abulhawa, romancista e poeta anglófona, uma das mais lidas fora da Palestina, com cópias vendidas em todo o mundo, inclusive no Brasil, onde seus dois primeiros romances foram publicados. Dividimos nossa análise em duas seções, a primeira dedicada a tratar dos dois romances de estreia da autora, e a segunda, a tratar do seu romance mais recente. Cada uma das seções será aberta por uma reflexão teórica que nos permitirá introduzir nosso estudo das obras literárias, resumido a: (i) buscar entender como a escritora, em resposta à dissociação entre tempo e espaço produzida pelo colonialismo sobre as vidas das comunidades desarraigadas, historiciza tanto temática quanto formalmente os últimos setenta e sete anos do colonialismo sionista na Palestina, reconstituídos em *As madrugadas em Jenin (Mornings in Jenin)* e *O azul entre o céu e a água (The Blue between Sky and Water)*⁵; (ii) mostrar como aquela dissociação é reparada pelo colonizado, cuja conexão com a terra que lhe foi roubada imbrica-se diretamente com sua luta anticolonial, fato representado no terceiro romance de Abulhawa, *Against the Loveless World (Contra o mundo sem amor, não traduzido no Brasil)*.

2 Ancorar o espaço no tempo

Os dois romances a serem analisados nesta seção, *As madrugadas em Jenin* e *O azul entre o céu e a água*, constroem suas narrativas ancorados na História palestina. Mais especificamente, a partir do período imediatamente anterior a 1948. Justamente por essa razão, antes de começarmos nossa exploração literária, propomos uma digressão teórica que, com a ajuda de um famoso historiador israelense, nos possibilitará compreender como começa o processo de colonização da Palestina.

2.1 Colonialismo e a destruição do tempo no espaço

Num dos capítulos de *A limpeza étnica da Palestina* (aqui citado em sua versão espanhola *La limpieza étnica de Palestina*), o historiador israelense Ilan Pappé (2008[2006]) trata em detalhes dos anos que antecederam a *Nakba* – a “Catástrofe” do título deste artigo –, nome dado pelos palestinos ao início do processo de expropriação e despossessão resultante dos ataques terroristas perpetrados por sionistas a partir de 1947 e intensificados em 1948, uma vez estabelecido o estado de Israel em território palestino. Parte da explicação de Pappé consiste em mostrar o quão fundamental e instrumental ao início *de facto* da colonização

⁴ Adaptamos aqui o slogan popularizado por Mark Fisher, embora não inventado por ele: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo.

⁵ Vamos usar aqui as traduções dos dois primeiros romances publicadas em português. No caso de *Mornings in Jenin* não conseguimos acesso à tradução brasileira (*A cicatriz de Davi*), apenas à portuguesa (*As madrugadas em Jenin*), e é dela que vamos citar, quando necessário. Não há ainda tradução em português para o terceiro romance, *Against the Loveless World*. Assim, quando iniciarmos sua análise, na parte 3 deste artigo, nos encarregaremos nós mesmas das traduções.

sionista foram não apenas as ações militares dos invasores, as quais lançaram as bases para o militarismo hoje ubíquo na sociedade israelense, mas a inteligência e o reconhecimento necessários ao lastreio daquelas ações. Na verdade, um não poderia se realizar sem o outro. Ao material coletado nessas incursões de inteligência deu-se o nome de “Dossiê das aldeias” (*Village Files*, em inglês, e *Expedientes de las aldeas*, em espanhol), “un registro detallado de todas las aldeas árabes” (Pappé, 2008[2006], p. 40), financiado pelo Fundo nacional judaico.

Pappé é minucioso ao descrever em que consistia a compilação daquele inventário, e em que medida ele funcionava a favor do projeto sionista:

[...] aparte del registro topográfico del trazado de las aldeas, el proyecto debía incluir también revelar los “orígenes hebreos” de cada aldea. Además, para la Haganá era importante saber cuáles de las aldeas eran relativamente nuevas, pues algunas de ellas “apenas” se habían construido durante la ocupación judía de Palestina en la década de 1830. Con todo, el principal objetivo era el de elaborar un mapa de las aldeas, y, por tanto, se reclutó a un topógrafo de la Universidad Hebrea que trabajaba en el departamento de cartografía del Mandato. Este propuso realizar un estudio mediante fotografías aéreas y mostró con orgullo a Ben Gurion dos mapas aéreos conseguidos de esta forma, correspondientes a las aldeas de Sindiyana y Sabbarin (estos mapas, en la actualidad en los Archivos Estatales israelíes, son todo lo que queda de estas aldeas después de 1948). Se invitó entonces a los mejores fotógrafos profesionales en el país a unirse a la iniciativa [...]. Los resultados finales de los esfuerzos cartográfico y orientalista fueron los completos archivos que los expertos sionistas construyeron gradualmente de cada una de las aldeas de Palestina. Para finales de la década de 1930, este “archivo” estaba casi terminado. Recogía detalles precisos acerca de cada aldea: localización topográfica, vías de acceso, cualidades de la tierra, fuentes de agua, fuentes de ingreso principales, composición sociopolítica, afiliación religiosa, nombres de sus *muhtars* (jefes), relación con otras aldeas, edades de los hombres (desde los dieciséis hasta los cincuenta) y muchos más (2008[2006], p. 41-42).

Lendo a descrição de como se deu a compilação do Dossiê das aldeias, não se pode deixar de lembrar das considerações de Ann Stoler (2002) sobre os usos do arquivo no contexto dos estudos antropológicos de realidades outrora coloniais. Com efeito, a explicação de Ilan Pappé sobre as origens e os propósitos do arquivo sionista soa, frequentemente, como um passo a passo do que Stoler descreve em “*Colonial Archives and the Art of Governance*” (“Arquivos coloniais e a arte da governança”).

Eis a relação entre os dois textos, como nós a vemos, sintetizadas nestes dois pontos: (i) a proposição de Stoler de que arquivos deveriam ser encarados como sítios de produção de conhecimento reverbera diretamente no relato de Pappé sobre os usos narrativos de documentos feitos pelos sionistas, com o fim de fabricar uma conexão com a terra, baseada numa espécie de reciclagem de um passado “hebreu”, tornado mitológico e passível, portanto, de conceder a judeus europeus um direito divino à Palestina (mais tarde voltaremos a esse ponto). Além disso, (ii) Pappé nos leva a entender verdadeiramente que, assim como indica Stoler (2002), “a produção arquivística” pode ser “tanto um processo quanto uma poderosa tecnologia de dominação” (p. 100, tradução nossa), na medida em que forneceu ao projeto sionista as informações precisas e necessárias a exercer militarismo e violência colonial contra o povo palestino.

Um argumento, contudo, que a passagem acima sem querer contesta – argumento esse proeminente no artigo de Stoler (2002) – é o que defende ser o arquivo, neste caso, o arquivo colonial, um elemento que produz a própria dominação colonial. Segundo a antropóloga: “[o] que constitui o arquivo, a forma que ele assume e quais sistemas de classificação se destacam em momentos específicos são a própria *substância* da política colonial” (Stoler, 2002, p. 92, grifos nossos, tradução nossa). E ainda: “É dado como certo que *a arte de governar [statecraft] colonial era motivada e estimulada por uma equação reducionista do conhecimento ao poder*, com os estados coloniais buscando acumular cada vez mais dos dois” (p. 101, grifos nossos, tradução nossa).

Em seu relato histórico, Pappé nos mostra que os usos institucionais do arquivo se submetem necessariamente à dominação colonial, sobretudo, ao serem incorporados à burocracia estatal. Não por acaso, como nos conta o historiador, documentos obtidos em decorrência das operações de reconhecimento empreendidas pela equipe do Dossiê das aldeias foram, posteriormente, incorporados ao que se tornaram os Arquivos do estado israelense. Ainda assim, a afirmação de que o arquivo é a “substância da política colonial”, como afirma Stoler acima, não diferencia o produto do processo e acaba fazendo uma inversão: ela atribui ao arquivo o poder de definir as características materiais – como o uso de “substância” parece deixar implícito – do estado colonial, de que o arquivo seria também fundador. Propomos aqui, ao contrário, a compreensão de que o arquivo é o aparato que ajuda a organizar o estado e reforçar seu comando, eventualmente tornando-se uma força ideológica capaz de perpetrar um sistema, ao contribuir com sua reprodução.

Mas por que criticamos certos aspectos do artigo de Stoler (2002), lido aqui por nós à luz da colonização da Palestina? Nossa crítica tem menos a ver com a teoria do arquivo do que com um entendimento da História, não como narrativa (Stoler, 2002, p. 92), mas como o processo de transformação da humanidade ocorrendo ao longo do tempo. Se limitarmos esse processo transformador ao ato de produção narrativa, eliminamos sua concretude e suas determinações sociais, assim como a dimensão crítica necessária à escrita da História. No caso da Palestina, por exemplo, alegar que a História é mera narrativa significa legitimar (precisamente!) a invenção de *uma* narrativa⁶ cujo objetivo é estabelecer a precedência do direito

⁶ Aqui, gostaríamos de afirmar um posicionamento contrário àquele defensor da inexistência de verdade histórica e que atribui à História e à literatura o mesmo estatuto teórico e epistemológico. Uma abordagem dessa natureza, ou assim nos parece, nasce de uma compreensão equivocada da verdade, na medida em que a vê apenas como uma categoria do absoluto, despida de sua dimensão histórica (é irônico que, apesar de todas as suas objeções legítimas ao positivismo, tal abordagem caia numa noção filo-positivista da verdade). De fato, quando teóricos veem a historiografia como narratologia pura, eles apenas contribuem para legitimar o ponto de vista da classe dominante. O colonialismo sionista, por exemplo, é uma verdade histórica, porém hegemonicamente narrativizada para mistificar a realidade. Nesse sentido, narrativas dominantes – perpetradas, por exemplo, pelo aparato burguês de propaganda, inclusive pela imprensa e pelo discurso acadêmico – deformam a verdade de modos os mais variados. Todos já ouvimos o argumento do “conflito religioso de séculos”; do “longo histórico de antisemitismo por parte dos árabes e dos muçulmanos”; da “única democracia do Oriente Médio” etc. *Escovar a História a contrapelo* e recontá-la do ponto de vista dos vencidos não são, portanto, de modo algum, equivalentes à alegação de que a história não passa de construção narrativa. Se nos propusermos a levar a sério, de fato, o que diz Walter Benjamin (1993 [1940]) em suas famosas e geniais teses sobre o conceito de História, precisamos revelar a verdade histórica em sua totalidade, de modo a levar em conta as lutas de poder e de classe, assim como as condições materiais postas em jogo num determinado momento histórico.

sionista sobre a História do povo palestino (como Pappé coloca acima, ao estabelecer as “origens hebraicas” do território, sionistas podiam argumentar que a Palestina era relativamente jovem, com algumas de suas aldeias tendo sido construídas “apenas” nos anos de 1830, o que tornaria assim a reivindicação palestina da terra menos legítima).

Nesse sentido, o arquivo tanto faz avançar a narrativa do direito divino sionista de colonizar a Palestina quanto integra o aparato burocrático judicial que torna oficial – com impacto real na vida das pessoas, por mais ideológico que seja – o que a narrativa não faz mais do que naturalizar: as leis instituídas para permitir a violência colonial – leis, em outras palavras, representativas de outro tipo de direito, este com “D” maiúsculo, o Direito, “*le Droit*”, elemento que, com a constituição do estado-nação, confere especificidade ao capitalismo. Assim, no caso de Israel, “divino” é o verniz que encobre o direito “judicial”, este também uma estrutura ideológica baseada nos interesses da classe dominante. Classe e interesses imperialistas que sempre foram um “óbvio oculto”, não nos esqueçamos da chamada declaração de Balfour⁷.

Um último elemento que gostaríamos de destacar da citação acima é o modo como a colonização interrompe e rompe (com) a História, ao mesmo tempo que impõe um tempo colonial. Ilan Pappé (2008[2006]) faz questão de ressaltar que muitas das aldeias mapeadas pelos sionistas envolvidos na elaboração do Dossiê não passam disto: mapas – fantasmagóricas representações fixas que põem em primeiro plano a ausência do que elas representam. Se pensarmos nas relações que esses mapas têm com o pictórico, especialmente com a fotografia, um recurso que, como nos mostra o historiador israelense, foi essencial à catalogação sionista da terra palestina, vem-nos à mente o que muitos teóricos, de Walter Benjamin (1993[1931]) a Roland Barthes (1980) e Philippe Dubois (2012[1990]), já apontaram, cada um a seu modo, sobre a mídia fotográfica: sua qualidade espectral. Dubois, por exemplo, fala do objeto fotografado como um índice, um signo ou indicador da coisa que não está mais lá e que jamais pode ser recuperada. No caso das aldeias palestinas que só “existem” – não existindo, portanto, de modo algum – em mapas e fotografias, a ausência e fantasmagoria são duplas: similares a um fetiche, as imagens das aldeias mencionadas por Pappé se tornam o próprio vazio deixado por sua destruição; em vez de cumprir função memorialística, como se espera, por exemplo, de uma fotografia, aquelas imagens se tornam um tipo de anti-memória.

Esse esvaziamento, do qual as fotos não são nada mais que um sintoma, é propício à definição do tempo colonial, no modo como este afeta as vidas dos colonizados. Uma vez que o colonialismo – sem ser baseado no acúmulo de conhecimento para o exercício de uma ideia difusa de poder, como expressa Stoler⁸ (2002) – gira em torno da extração de recursos e da expansão de mercados, ambos fatores que permitiram a acumulação necessária ao ingresso numa nova era do capital, caracterizada pelas revoluções industriais e pelo estágio imperialista do capitalismo, melhor representado pelo neocolonialismo na África, na Ásia e no Oriente Médio, não é surpreendente que a questão da posse da terra seja crucial para se entender

⁷ Antissemita ele próprio, Lorde Balfour escreve sua célebre carta, endereçada ao Barão de Rothschild, no período que *coincide* com o interesse da Grã-Bretanha no Canal de Suez durante a Primeira guerra mundial.

⁸ O que Stoler (2002) considera ser a substância do colonialismo, a nós parece muito mais uma de suas ferramentas, úteis na imposição da dominação cultural e da exploração por meio de violência militar/policial e por meio de ideologia.

formas coloniais de expropriação e despossessão. Para citar Edward Said (1994): “pensar em locais distantes, colonizá-los, povoá-los e despovoá-los: *tudo isso ocorre na, a respeito da ou por causa da terra. A posse geográfica real da terra é, em última instância, o motivo da existência do império*” (p. 78, grifos nossos, tradução nossa).

Para um projeto colonial de ocupação, dominar a terra significa re-espacializá-la; livrar-se de todos os traços da civilização que a habitava; criar espaço para os colonos que doravante a habitam – “desarabizar” é um termo que descreve bem o processo sionista. Como consequência dessa re-espacialização, a terra se separa do tempo (*cf.* o esvaziamento e o vazio mencionados acima).

A colonização se torna assim um processo que, remontando de certa forma à geometria euclidiana e indo além dela, na medida em que metaforicamente uni-“dimensionaliza” o espaço, corta a relação de séculos mantida pelos indígenas com a terra em que vivem e trabalham, além de suprimir um dos aspectos que tornam a terra viva: o modo como humanos, relacionando-se com a natureza, transformando-a, afirmam-se como seres históricos. Precisamente porque a colonização nega e destrói a historicidade dos colonizados é que o colonizador dá um passo além na desistoricização do próprio espaço: como o passado que o colonizador cria é artificial – desprovido de concretude e existindo apenas na medida em que pode ser narrado –, trata-se desde o início de um espaço a-histórico, em cujo interior o colonizador não pode se conectar com nenhum passado, seja *na* ou *da* terra.

2.2 *As madrugadas em Jenin e O azul entre o céu e a água:* reconexão do tempo e do espaço através da História

Le travail du colon est de rendre impossibles
jusqu'aux rêves de liberté du colonisé

Frantz Fanon

Os dois romances iniciais de Susan Abulhawa, *As madrugadas em Jenin* e *O azul entre o céu e a água*, são tentativas diferentes de lidar ficcionalmente com a desistoricização promovida pelo colonialismo. O primeiro romance tem como premissa inicial a intriga do conto “Retorno a Haifa”, de Ghassan Kanafani (2023 [1969]). No texto do escritor assassinado em 1972 por Israel, um casal palestino que perde o filho recém-nascido durante a Nakba, reencontra-o vinte anos depois, em 1967, só para descobrir que o jovem rapaz se tornou um soldado das Forças de ocupação israelenses (de sua sigla inglesa, IOF⁹), criado como sionista por um casal judeu-israelense que ocupa a casa de que marido e mulher palestinos foram obrigados a fugir em 1948 – uma casa que, evocando o conceito freudiano de *Unheimlich*, se apresenta ao casal protagonista como algo completamente estranho em sua familiaridade. O reencontro culmina numa rejeição mútua entre filho e pais biológicos¹⁰.

⁹ Preferimos usar a denominação Forças de ocupação israelenses, do acrônimo em inglês IOF, em vez de aderir à narrativa mistificadora das supostas forças de defesa (IDF).

¹⁰ As coisas não são tão simples em “Retorno a Haifa”: a rejeição inicial expressa pelo filho em relação a seus pais árabes, que, diz ele, abandonaram-no, é, em última instância, aceita pelo pai biológico, frente à constatação de que o homem diante dele nunca mais poderá voltar a ser seu filho. O caráter alegórico da narrativa associa à figura

O azul entre o céu e a água (doravante, *O azul*), parece, por sua vez, tomar emprestado do realismo fantástico de *Cem anos de solidão*, de Gabriel García Márquez, dispositivo que, no romance de Abulhawa, corre em paralelo com a porção realista da história, às vezes, porém, intervindo nesta diretamente. É significativo que o tempo – a passagem do tempo e pessoas vivendo na História – esteja no centro de ambas as obras que serviram de fonte de inspiração a Abulhawa (voltaremos a isso depois).

Em termos dos enredos gerais, ambos os romances têm em comum: (i) seu intervalo de tempo, com cada um começando no período que leva à explosão da Nakba (acontecimento desencadeador das duas obras) e terminando no início dos anos 2000 (*As madrugadas em Jenin* em 2002, durante a Segunda Intifada, e *O azul* em 2011); (ii) a narração épica de uma saga familiar, em que se representam as vidas de três gerações diferentes; (iii) a relação criada entre fatos históricos e ficcionais, ambos mesclados ao longo das narrativas, de modo que sabemos, por exemplo, que *O azul* termina em 2011, ainda que isso não nos seja dito explicitamente no nível diegético, porque a história se fecha quando Israel anuncia, como fez na realidade, que aceitou uma exigência do Hamas (a obra se passa em Gaza) de libertar mil prisioneiros políticos palestinos, dentre os quais um personagem menor do romance, em troca de um soldado das IOF.

A principal diferença entre os dois romances, além do uso de realismo mágico em *O azul*, reside nas localidades em que se passam os acontecimentos, embora mesmo esse ponto seja tratado de forma similar em ambos: *As madrugadas em Jenin* se passa majoritariamente no campo de refugiados de Jenin na Cisjordânia ocupada, com breves passagens por Jerusalém e pelos Estados Unidos, dali ao Líbano, de volta aos EUA, para que tudo se finalize na Palestina. O sucessor de *As madrugadas*, por sua vez, desenrola-se predominantemente em Gaza, com um brevíssimo período nos EUA. Ambos, entretanto, começam em aldeias árabes, respectivamente Ein Hod e Beit Daras, onde massacres foram conhecidamente cometidos por grupos terroristas sionistas contra os povos indígenas das regiões – de forma similar ao que descreve Pappé (2008[2006]) em *A limpeza étnica da Palestina*, algo que sinaliza mais uma vez para a preocupação de Abulhawa em situar suas narrativas em cenários históricos, reconstituídos por ela com a ajuda de relatos e documentação historiográficos (*As madrugadas em Jenin*, por exemplo, é acompanhado de uma lista bibliográfica de todos os materiais usados pela autora em sua pesquisa para escrever o livro).

Se antes fizemos rápida menção aos livros em que se inspirou Abulhawa para escrever seus romances, é porque o diálogo intertextual estabelecido por eles é um componente importante da estrutura e do conteúdo de ambas as obras. Os usos que a autora palestino-estadunidense faz de citações e referências históricas – em cuja base se constrói a intertextualidade – permite-lhe ir de encontro ao que Frederic Jameson (1997) chamou de “crise na historicidade”, marcada pela inexistência de qualquer “relação orgânica” entre a História passada e “a experiência vivida [...] de nosso cotidiano” (não paginado, Capítulo 1, tradução nossa). O modo como Abulhawa

do filho o processo de colonização sionista. A terra – alegoricamente representada pela casa confiscada do casal palestino, deixada aparentemente intacta pelos ocupantes sionistas, embora completamente diferente do que era antes (daí a referência à sensação de *Unheimlich*) – não pode jamais ser palestina de novo enquanto persistir o regime sionista. O conto termina com a esperança do pai de que seu filho mais novo, agora seu filho único, terá fugido de casa para se juntar à resistência palestina – algo a que, no início do conto, o pai se opunha e havia proibido.

consegue fortalecer essa relação frouxa é, em primeiro lugar, inteiramente extraliterário: a continuidade da colonização na Palestina, assim como uma desinformação geral da parte do grande público sobre o assunto, permite-nos uma leitura dos romances como se se tratasse de exemplares de escrita historiográfica, embora não o sejam. Não surpreende que, desde o início de sua publicação, as obras de Abulhawa tenham encontrado muito pouco sucesso nos Estados Unidos, com *As madrugadas em Jenin*, por exemplo, só conseguindo atingir um público maior depois de passar a ser publicado por uma editora europeia.

Em segundo lugar, o fato de as narrativas se estenderem temporalmente por gerações de uma mesma família, faz com que Abulhawa materialize o sentido de “processo” na expressão “processo histórico”. Nesse sentido, passado e presente se conectam justamente porque vemos como o primeiro informa o segundo (tanto porque nos informa sobre ele quanto porque lhe confere forma). A História não flutua separadamente da ficção em nenhum dos dois romances. A ficção, ao contrário, ancora-se na História, na medida em que, para tomar emprestada a análise lukácsiana do romance histórico como gênero, a singularidade e as ações dos personagens de Abulhawa são derivadas da especificidade de seu tempo histórico (Lukács, 2011, não paginado, Capítulo 1).

Voltemos agora um olhar mais direto à conexão entre presente e passado na obra de Abulhawa. Vamos começar com uma comparação entre o *incipit* da obra prima de García Márquez e uma passagem extraída do primeiro capítulo de *O azul entre o céu e a água* – no qual, como vimos, *Cem anos de solidão* ecoa levemente:

Muitos anos depois, diante do pelotão de fuzilamento, o Coronel Aureliano Buendía havia de recordar aquela tarde remota em que seu pai o levou para conhecer o gelo. Macondo era então uma aldeia de vinte casas de barro e taquara, construídas à margem de um rio de águas diáfanas que se precipitavam por um leito de pedras polidas, brancas e enormes como ovos pré-históricos. O mundo era tão recente que muitas coisas careciam de nome e para mencioná-las se precisava apontar com o dedo (Márquez, 2017[1967], não paginado, Capítulo 1).

Um rio, transbordando de um sortimento divino de peixes e de flora, corria por Beit Daras, trazendo bênçãos e despejando os dejetos, os sonhos, as fofocas, as orações e as histórias da aldeia até o mar Mediterrâneo, no norte de Gaza. A água que fluía pelas rochas cantarolava segredos da terra, e o tempo serpenteava ao ritmo de vidas que rastejavam, saltitavam, zumbiam e esvoaçavam (Abulhawa, 2017[2015], não paginado, Capítulo 1).

Na passagem de Márquez, o que chama atenção, num primeiro momento, é o caráter *in-media-res* da narrativa, sugerido pelo adjunto adverbial de tempo, “Muitos anos depois”. Como procedimento narrativo, o início “no meio da coisa” serve, em parte, para estabelecer um laço de familiaridade entre leitor (ouvinte?) e narrativa: você já ouviu essa história antes, García Márquez parece nos dizer, ou se não a ouviu, sabe ao menos como ela começa. Mas esse fato não aponta somente para as características épicas do romance, permitindo-lhe reivindicar uma tradição poética, majoritariamente oral, em que figuram *A Odisseia*, *A Ilíada* etc.: ele põe em foco igualmente uma continuidade no tempo que, pelo caráter dêitico de “depois” – face ao presente da enunciação, qualquer que seja ele –, coloca-se em relação com *um* passado: “depois” tem valor comparativo, pois subentende sempre a existência de um “antes”. Nesse caso,

sabemos que “depois” dá início ao tempo diegético; é ao que ele é comparado – o “isso” em “depois disso” – que nos parece incerto. A princípio, diríamos que ele é um passado, mas como explicar então que o “mundo era tão recente que muitas coisas careciam de nome”? Ora, se o presente da enunciação – o que ocorre “muitos anos depois” – é, na verdade, o tempo original do mundo, o passado (não mais “*um* passado”) não existe: presente e passado são a mesma coisa precisamente por causa do tipo de continuidade estabelecido entre os dois pelo narrador da história. É nesse paradoxo irônico de continuidade e começo, História e pré-História, que García Márquez situa sua narrativa.

À primeira vista, o trecho do romance de Abulhawa ecoa a mesma ideia de “tempo imemorial” que se encontra em Márquez, exceto pela referência ao rio “despejando dejetos”, que se contrasta, por sua vez, com o “sortimento divino de peixes e de flora”. A menção aos dejetos, entretanto, justaposta ao abstrato conjunto de indicadores simbólicos de sociabilidade humana (fofoca, histórias, orações), é o que ancora aquele espaço na História do povo que ali vive: a localidade reminiscente de um paraíso pré-histórico se torna, assim, uma aldeia, Beit Daras; ela passa a ser nomeada, transformada pela cultura, e existe em relação a outros espaços (situada na costa do Mediterrâneo, ao norte de Gaza etc.)

No contexto em que aparece, a passagem é antecipada por um panorama histórico de como Beit Daras se constituiu:

Aldeia das aldeias, cercada de jardins e oliveiras e margeada ao norte por um lago, Beit Daras ficava na rota de correio entre Cairo e Damasco, no século XIII. Orgulhava-se de ter um caravançarai, uma antiga estalagem à beira da estrada que atendia ao constante fluxo de viajantes que transitavam pelas rotas comerciais da Ásia, do norte da África e do sudeste da Europa. Os mamelucos o criaram em 1325 d.C., quando dominavam a Palestina, e, por muitos séculos, o caravançarai ficou conhecido pelos aldeões como el-Khan. Com vista para Beit Daras, havia um castelo em ruínas construído pelos cruzados no início do século XII que, por sua vez, estava situado em uma cidadela erguida havia mais de um milênio por Alexandre, o Grande. Outrora ponto de parada para os poderosos, ele fora reduzido a escombros, e o que restara perdurava fragilmente, preservando a totalidade do tempo e virando palco de brincadeiras de crianças e de escapulida de jovens casais que desejavam fugir dos olhares vigilantes (Abulhawa, 2017[2015], não paginado, Capítulo 1).

Como podemos ver, a função da passagem acima é situar a narrativa no espaço, de modo a estabelecer até mesmo os limites geográficos da aldeia. Para espacializar Beit Daras, no entanto, é preciso expandi-la temporalmente. Nesse sentido, a aldeia – pequena e, diríamos, confinada pelos corpos de água que impedem sua expansão lateral – cresce tanto mais espacialmente quanto mais numerosas as formas que assume ao longo do tempo. Esse crescimento é vertical, com prédios sendo metaforicamente (às vezes, literalmente) amontoados um em cima do outro – palimpsesticamente impressos um sobre o outro –, à medida que civilizações após civilizações, no *curso* da História, habitam a aldeia. Tal verticalidade, no entanto, não é desprovida de dualidade: Beit Daras, assim como todo o resto de Gaza, é um local de trânsito e de trocas. As pessoas se movem através e ao longo do espaço, ocupando-o horizontalmente, conectando-o com outros lugares na região.

Esse contraste complementar entre o que se move para baixo/para cima e o que se move para os lados é tema recorrente no romance e ajuda a estruturar a narrativa: todas as sete partes do livro recebem como título orações ou períodos que, se reunidos, formam uma evocação poética que encapsula a História da terra e, conseqüentemente, de seu povo, incluindo-se aí os personagens ficcionais. Eis a totalidade das frases, postas todas juntas em ordem cronológica, com uma barra (/) marcando o título de cada uma das sete diferentes partes:

Enquanto a nossa história divagava pelas colinas, refestelando-se em dias rústicos, o rio Suqreir fluía por Beit Daras. / Mas a violência de uma história estrangeira queimou aqueles dias idílicos na terra natal, e o mar Mediterrâneo lambeu as feridas da nossa história ao longo do litoral de Gaza. / O destino se deslocou inevitavelmente, e algumas peças se perderam no outro lado dos oceanos Atlântico e Pacífico. / Fazíamos render as sobras do dia, construíamos casas com destroços, tomávamos banho onde os peixes nadavam, gerávamos amor do nada, carregávamos nossos estilingues e forrageávamos por poder com coquetéis Molotov. / Ficamos preocupados quando o sol sumiu de vista no céu. Então, a escuridão iluminou as estrelas, como só ela consegue fazer, e nós nos deitamos na terra, contemplando o esplendor e a imortalidade no alto. / As palavras e as histórias iam parar na praia, naquele trecho antigo de mar, e nós as transformávamos em novas canções. O sol tornava a despontar, lançando sombras que nós descascávamos da rua para fazer roupas novas. / No abandono daquela solidão, víamos como éramos pequenos e como era diminuta e indefesa a nossa terra. E, a partir daquela assombrosa dignidade, ouvimos as palavras sussurradas por uma velha de outrora: Esta terra vai se erguer de novo (Abulhawa, 2017[2015], não paginado, títulos das partes I-VII).

Do trecho acima, podemos tirar uma conclusão óbvia: a progressão de cada fragmento lança um holofote sobre a progressão da narrativa no tempo, acompanhando assim o movimento de objetos e sujeitos na história. Uma vez reunidas, cada parte, por si só uma totalidade que marca um momento particular na H/história, se combina para criar algo que supera a história de vida de um único indivíduo. É esse ato de juntar fragmentos dispersos ao longo da narrativa e da História, que nos permite traçar relações entre eles, conferindo à ficção e aos fatos históricos nos romances de Abulhawa esta que, segundo Lukács (2011), é a característica mais importante da ficção histórica: “o que importa para o romance histórico é evidenciar, por meios ficcionais, a existência, o ser-precisamente-assim das circunstâncias e das personagens históricas” (2011, não paginado, Capítulo 1). À luz desse fato, se voltarmos às considerações de Stoler (2002) sobre a História, torna-se então um tanto simplista reduzi-la à produção de narrativas, uma vez que a ficção deveria estar associada aos aspectos críticos que ligam a existência humana às realidades materiais nas quais ela se reproduz.

Mas antes de finalizarmos esta seção, pedimos ao leitor que nos permita voltar ao início, quando dedicamos algumas páginas a tratar do arquivo sionista, desta feita, para falar de um outro tipo de arquivo: não um constituído para facilitar o colonialismo, esvaziado de qualquer conexão com o passado histórico, dadas as suas funções na recriação de uma versão do passado, mas um que visa fortalecer o passado em sua conexão com o presente.

Em *As madrugadas em Jenin* (doravante, *As madrugadas*), muitos dos aspectos que acabamos de discutir sobre *O azul* também ocupam o primeiro plano. Para analisá-los, contudo, vamos nos voltar para outros procedimentos narrativos, particularmente para o uso de

fotografias convertidas em representação verbal, com o objetivo de perceber como as mesmas questões, ainda que configuradas e trabalhadas de maneiras distintas, podem se desdobrar em novas implicações. Assim, considerando haver uma dimensão arquivística em *As madrugadas*, as perguntas que nos guiarão, tanto no que diz respeito à relação desse arquivo com o arquivo sionista, quanto no que concerne à conexão entre esse romance e as problemáticas de tempo e História suscitadas em *O azul*, podem ser assim resumidas: as descrições de fotografias contidas em *As madrugadas* nos são apresentadas de um jeito estático, reminescente dos mapas sionistas de aldeias destruídas logo no início da Nakba? Em que medida o arquivo construído em *As madrugadas* se relaciona com o tempo, especialmente em termos do que chamamos aqui de “tempo colonial”?

Começemos evocando duas descrições fotográficas que formam um mesmo par:

Tirei muitas fotografias nessa noite, em Shatila, mas entre todas há uma que estimo em particular, aquela que coloquei numa moldura por cima da lareira. Evoca os pormenores da felicidade daquele dia. É a fotografia que um dia saiu da minha casa na Pensilvânia numa caixa de provas da CIA, após o que procurei desesperadamente pelo seu negativo para revelar mais uma cópia. O meu irmão mais velho ficou para a história num sorriso tonto e aberto, com Falasteen, a primeira filha, ao colo, enquanto Fatima, o amor da sua vida, está docemente encostada ao seu ombro, sorrindo, naquela casa tão pequena, naquele campo de refugiados tão pobre (Abulhawa, 2006, não paginado, Capítulo 26).

A 16 de Setembro, violando o cessar-fogo, o exército de Ariel Sharon cercou os campos de refugiados de Sabra e Shatila, onde Fatima e Falasteen dormiam, indefesas, longe de Yousef. Os soldados israelitas montaram postos de controlo, barrando a saída dos refugiados e permitindo a entrada dos seus aliados da Falange Libanesa. Depois, foram para os telhados; de dia, observaram através dos binóculos; de noite, iluminaram o céu com foguetes luminosos, de modo a mostrar o caminho aos homens da Falange, que assim puderam entrar em cada uma das casas dos refugiados. Dois dias depois, os primeiros jornalistas ocidentais entraram no campo e puderam ver com os próprios olhos o que se tinha passado. Fisk escreveu em *Pity the Nation*: [...]

Do outro lado da estrada principal, seguindo um carreiro através dos escombros, deparámos com os corpos de cinco mulheres e de várias crianças. Eram mulheres de meia-idade, os seus corpos cobrindo os destroços. Uma delas estava deitada de costas, com o vestido rasgado e a cabeça de uma menina espreitando de trás dela. A menina tinha cabelo curto, escuro e encaracolado; com os olhos abertos virados para nós, parecia fazer beicinho. Estava morta. Alguém tinha aberto o estômago da mulher com uma faca, cortando dos lados e depois para cima, talvez tentando matar o bebé que trazia no ventre. Ela tinha os olhos esbugalhados e o rosto escuro petrificado de horror.

Um fotógrafo da *Associated Press* eternizara aquele momento, divulgando depois por todo o mundo a escuridão ensanguentada daquela imagem. Vi a fotografia nos jornais árabes e reconheci primeiro o vestido azul-claro da mulher: a túnica preferida de Fatima, gasta depois de vinte anos de uso. A menina de cabelo encaracolado por trás dela era a minha sobrinha. *Falasteen* (Abulhawa, 2006, não paginado, Capítulo 33, grifo do original).

As fotografias¹¹ verbalmente recriadas acima não são diferentes apenas em conteúdo, mas em função: a primeira, compondo a figura arquivística do “álbum de família”, está, num primeiro momento, restrita à esfera doméstica e contribui para a *mise en récit* dos acontecimentos ocorridos na vida pessoal de um indivíduo, quem quer que seja. A segunda, jornalística, tem a tarefa de documentar e tornar pública a História. Não deveria haver neste último tipo de registro qualquer traço pessoal, imperando, ao contrário, a impessoalização (bem como a impersonalização). O fato de Abulhawa sobrepor à face anônima da mulher descrita por Fisk, a face da personagem Fatima acaba desempenhando dois papéis na narrativa: primeiro, pessoaliza e personaliza o impessoal mas, acima de tudo, coletiviza o impessoal pessoalizado. A mulher descrita por Fisk não é apenas *uma* mulher, palestina ou libanesa, mas se torna toda e qualquer palestina, incluindo a ficcional criada por Abulhawa, de um modo que não desistoriciza a realidade do massacre de Sabra e Shatila, mas, ao contrário, conecta-a com as décadas e décadas de despossessão sofrida pelo povo palestino.

Converter a descrição de Fisk, pictórica por si só, numa fotografia, à qual mais detalhes são, mesmo que imaginativamente, acrescidos (as roupas, a cor da *dishdasha*), contribui para cristalizá-la de modo tanto mais vívido quanto mais morta parece a foto de família, em comparação com a jornalística. A própria narradora, Amal, protagonista do romance, diz no original em inglês: “*My big brother is frozen*¹² [...]” [“Meu irmão mais velho está congelado [...]”] (Abulhawa, 2010, não paginado, Capítulo 26). Ele está feliz, mas não tem vida; não é homem humano, mas um fantasma de si mesmo. A memória viva do nascimento é, certamente, preservada, na medida em que sua narração precede a descrição fotográfica de maneira *Unheimlich*-mente similar à da posição em que mãe e filha são executadas por uma milícia libanesa apoiada por Israel: “Fatima parecia em estado de coma; a minha sobrinha estava ao lado da mãe, já com fralda e dormindo com os anjos. Tinham-lhe chamado Falasteen” (2006, não paginada, Capítulo 27). A esperança trazida pelo nome simbólico, Falasteen, lida em contraste com a imagem da criança assassinada, faz o leitor acreditar que, ao contrário do que afirma o título da parte VII de *O azul*, aquela terra *não* vai se erguer de novo.

E, ainda assim, a reprodução da foto de família, a existência de seu negativo (“É a fotografia que um dia saiu da minha casa na Pensilvânia numa caixa de provas da CIA, após o que procurei desesperadamente pelo seu negativo para revelar mais uma cópia”), nega de certo modo o aspecto de morte que ela contém. Em posse da CIA, a foto é mais uma vez arquivada, com objetivos que, lembrando os que se colocava o Dossiê das aldeias, separa a foto de sua origem e torna fantasmagóricas, como os mapas representando aldeias árabes destruídas, as pessoas nela representadas. A iniciativa de Amal de fazer nova cópia da foto é, portanto, uma tentativa não apenas de trazer de volta o irmão, mas de reconectar origem e traço, re-historicizando a ambos.

Como vimos, o resgate feito por Abulhawa das histórias coletivas e individuais que compõem a Palestina é uma forma de investir contra a letargia do tempo colonial. Com efeito, nos

¹¹ Em nossas pesquisas, não conseguimos verificar se a existência da fotografia da *Associated Press* é real ou ficcional, embora a descrição feita por Robert Fisk num relato jornalístico hoje incontornável àqueles que desejam entender a guerra civil libanesa, é obviamente real.

¹² Na tradução portuguesa, como vemos na citação acima, temos: “O meu irmão mais velho ficou para a história [...]”.

três romances de Abulhawa, o tempo está sempre estagnado quando os personagens se veem expostos às manifestações mais escancaradas da violência do colonizador: em *As madrugadas em Jenin*, por exemplo, no rescaldo da guerra dos seis dias, Amal, a protagonista, não consegue distinguir entre o dia e a noite, vivendo num presente eterno; sua mãe, Dalia, imediatamente após perder o filho recém-nascido em 1948 (sequestrado por um soldado das IOF), sente o tempo parar.

No terceiro romance de Abulhawa (2020), *Against the Loveless World* (*Contra o mundo sem amor*), a que nos referiremos pelo título em inglês, a paralisia temporal aludida há pouco atinge seu ápice, já que parte da narrativa tem lugar numa prisão israelense, onde a protagonista, Nahr, é mantida por dezesseis anos. A despeito disso, em nenhum dos romances de Abulhawa, os temas da resistência ao colonialismo e da ideia de um povo como agente histórico de sua libertação são mais prevalentes do que nesse terceiro. Em *Against the Loveless World*, os personagens fazem a própria história, interferindo, portanto, diretamente *no tempo*, já que profundamente enraizados no espaço. Como uma continuação do movimento real da História, esse último romance parece vislumbrar atos de resistência fundados nas condições históricas estabelecidas nas duas obras que o antecedem.

3 “Esta terra vai se erguer de novo”

Há uma citação de *As madrugadas em Jenin* que é emblemática da posição de Susan Abulhawa em relação aos laços que unem pessoas e natureza, particularmente no que concerne à terra que habitamos:

Certa vez, o meu pai explicara-me que a Velha Senhora [uma oliveira de mil e quinhentos anos no campo de refugiados de Jenin] não pertencia a ninguém.

– Esta menina já estava aqui muito tempo antes de nós aparecermos, e aqui continuará depois de termos desaparecido. Como é que alguém pode ser dono dela, *habibtí*?

Gostava muito que o meu pai me tratasse por *habibtí*, querida.

– As árvores não têm dono – continuara ele. – Pertencem a quem lhes pertencer. Nós vimos da terra, oferecemos-lhe o nosso amor e o nosso trabalho, e ela cuida de nós em retribuição. Quando morremos, regressamos à terra. De certa forma, é a terra que é nossa dona. A Palestina é nossa dona e nós pertencemos-lhe (2006, não paginado, Capítulo 9).

É típico dos regimes coloniais impedir a população indígena de manter sua relação habitual com a terra, que passa a ser explorada pelo colonizador com objetivos econômicos predatórios. O que está expresso, portanto, na citação acima – um diálogo entre um pai e uma filha vivendo sob ocupação – é a recusa da lógica colonial por meio do resgate da relação com a terra que o colonialismo visa destruir.

Mas embora expressa desde *As madrugadas em Jenin*, é principalmente em *Against the Loveless World* (daqui em diante, *ALW*) que essa ideia ganha contornos mais nítidos, já que a ela se junta a resistência ativa (e armada) ao colonialismo, tornando-a anticolonial no sentido mais estrito do termo, não apenas porque se opõe, mas porque luta contra a colonização. Antes, porém, de começarmos nossa análise de *ALW*, outra breve digressão teórica se faz necessária, se quisermos refletir sobre as relações entre sujeitos, natureza e terra.

3.1 Colonialismo e a destruição do tempo na natureza

Em seus *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx (2010[1882]), em seção intitulada “Renda da terra”, aborda a problemática dos meios de produção capitalistas, assim como da alienação gerada por eles, no que ambos os elementos têm de comparável com o feudalismo. De acordo com Marx, a propriedade fundiária feudal constitui “um poder estranho [posto] acima dos homens”, por meio do qual “o servo é o acidente da terra. De igual modo, o morgado, o primogênito, pertence à terra. Ela o herda. Em geral, a dominação da propriedade privada começa com a posse fundiária, ela é a sua base” (2010[1882], p. 74). No sistema feudal, ainda existe, portanto, uma relação íntima entre terra e sujeito (sobretudo, o possessor da terra) – uma relação diferente da “mera riqueza *coisal*” (p. 74, grifo do autor). Isso significa que entre a terra e seu possessor, há uma identificação direta, uma identificação tornada ainda maior na medida em que uma é praticamente a extensão do corpo do outro. Analogamente, no que diz respeito à relação entre a terra e o servo, embora este não encare aquela como uma extensão do seu ser no mesmo grau que o faz seu senhor, ele mantém com ela uma relação de respeito, submissão e obrigação (p. 75). Quando essa unidade entre terra e pessoa é subsumida à propriedade privada sob o modo de produção capitalista, a pessoa só pode se relacionar com o meio de produção como propriedade estranha, alienada.

É claro que Marx (2010 [1882]) de modo nenhum quis dizer que não há forma de trabalho alienado sob o feudalismo – “Não compartilhamos as lágrimas sentimentais que o romantismo verte a este respeito. [...] [Já] a propriedade fundiária feudal é, na sua essência, a terra vendida ao desbarato, a terra estranhada [*entfremdete*] do homem [...]” (p. 74) –, e, como Kohei Saito (2021) explica em sua análise ecossocialista de textos marxianos, mesmo em se tratando da concepção da terra como extensão do corpo do senhor, esta extensão não passava de um corpo inorgânico, permitindo àquele que o possuía apropriar-se do produto da terra e do trabalho daqueles que a cultivavam. Sob o capitalismo, no entanto, a terra se torna uma mercadoria. Da mesma forma, os trabalhadores se tornam livres e independentes (segundo ideais burgueses de liberdade e independência), ao mesmo tempo que perdem sua conexão com a terra, sendo-lhes exigido vender seu trabalho no mercado. Como sabemos, é através do trabalho que seres humanos se relacionam com a natureza – como eles a transformam e criam condições para viver nela. Tão logo o trabalho se torna uma atividade alienada, o modo como lidamos com o ambiente à nossa volta é brutalmente alterado.

Como compreender então o estranhamento em relação à terra que o colonialismo impõe aos povos autóctones cujo território ele invade e ocupa? Da perspectiva do colonizado, Frantz Fanon (2022[1961]) certamente nos ajuda a apreender a relação entre terra e povos despossuídos, ou condenados, *damnés*, como os chama o médico martinicano:

Para o povo colonizado, o valor mais essencial, porque mais concreto, é primeiramente a terra: a terra que deve garantir o pão e, é claro, a dignidade. Mas essa dignidade não tem nada a ver com a dignidade da “pessoa humana”. Dessa pessoa humana ideal, ele nunca ouviu falar. O que o colonizado viu em seu solo era que podiam impunemente prendê-lo, espancá-lo, matá-lo de fome; e nenhum professor de moral, nenhum padre jamais veio apanhar no seu lugar nem dividir com ele o pão (2022[1961], não paginado)

A citação acima foi extraída do primeiro capítulo de *Os condenados da terra*, quando Fanon comenta os diferentes interesses das massas colonizadas e da elite de um país colonizado, aliada, sempre que conveniente (e é sempre conveniente), da burguesia colonizadora. Atuando em parceria até durante a descolonização, as elites colonizadas (em especial, sua *intelligentsia*) e colonizadoras têm preocupações ideológicas que não refletem, de modo algum, a principal preocupação do povo: prover suas necessidades humanas as mais básicas. Nesse sentido, a “terra” mencionada por Fanon na passagem acima é mais uma metonímia dos meios que possibilitam ao colonizado comer e continuar a viver.

Apesar da distinção contextual entre as considerações marxianas e as fanonianas, gostaríamos de propor uma conexão entre elas. Na colocação inicial de Fanon, a palavra “valor” não pode significar, em termos marxistas, a condensação do trabalho abstrato incorporado à mercadoria por meio da força de trabalho, pois, se aceitarmos esse sentido, ele estaria em oposição direta com a citação, que lida, como vimos, com as funções de subsistência da terra. Se, por outro lado, pensarmos no “valor”, combinado ao uso de “dignidade”, simplesmente como algo que confere importância a outra coisa, talvez possamos, à primeira vista, considerar que a palavra tem um sentido moral. Mas até mesmo essa suposição não parece correta, já que Fanon faz questão de dizer que a dignidade a que ele se refere não tem a ver com abstrações associadas ao que é bom ou respeitável. Podemos presumir, portanto, um terceiro sentido, em que o colonizado vislumbra sua relação com a terra como a reversão do processo de alienação/estranhamento que resulta do colonialismo, caracterizado fundamentalmente pelo ato de despossessão/expropriação fundiária. Um processo que se concretiza na realidade através da resistência *ao* colonialismo, e não através da pregação vazia sobre a humanidade dos colonizados, ou da crença de que somos todos iguais, no sentido liberal (burguês) e mais abstrato da palavra – um princípio ideológico que o colonizado nunca vivenciou na realidade de sua colonização. Nesse processo de reconhecimento *com* a terra, os colonizados, como um coletivo, podem encontrar reconhecimento e camaradagem uns com os outros.

É precisamente desse ato de reconhecimento com o lugar que o colonizado habita – e consequentemente com a natureza que esse lugar integra –, a fim de reconhecer a si mesmo e de estabelecer reconhecimento com outros pertencentes à mesma classe, que Abulhawa trata em *ALW*. Voltemo-nos agora para o romance.

3.2 Reconectar o tempo e a natureza pela ação política

Le travail du colonisé est d’imaginer
toutes les combinaisons éventuelles pour
anéantir le colon

Frantz Fanon, Les Damnés de la terre

ALW foi publicado em 2020 e, na esteira dos outros romances de Abulhawa, sua narrativa se estende por um longo período, situando-se em múltiplas localidades. Mas, em vez de acompanhar diferentes gerações de uma mesma família, deparamo-nos com a narração da vida de um único indivíduo: Nahr, nascida em 1968, filha de palestinos refugiados, expulsos da terra natal após a guerra dos seis dias. Quando criança, Nahr se muda primeiro para o Kuwait com os pais e o irmão mais novo. Com a primeira invasão estadunidense do Iraque, ela

e sua família são forçadas a viver como refugiadas na Jordânia, onde a protagonista nunca se sente em casa. Uma vez na Jordânia, entretanto – os acordos de Oslo acabaram de acontecer –, Nahr, agora com vinte e poucos anos, decide retornar à Palestina, um lugar de que ela se sente distante. Lá, a jovem conhece Bilal, um homem que Israel manteve como prisioneiro político por muitos anos, após o ter acusado do assassinato de dois soldados das IOF. Libertado em decorrência dos acordos de Oslo, Bilal se tornara já na juventude um comunista, líder de um grupo da resistência palestina. Nahr e Bilal se apaixonam, casam-se e planejam a sabotagem bem-sucedida de um assentamento israelense que ameaça a existência do casal e de sua terra. Além disso, ambos lideram, junto com outros revolucionários, seus amigos, uma operação de guerrilha que resulta na morte de vários soldados das IOF. Como consequência dessa operação, Nahr é capturada pelas forças sionistas e condenada à prisão perpétua. Em 2019, dezesseis anos após sua prisão durante a Segunda Intifada, ela é libertada em nova troca de reféns, retorna à Jordânia e descobre que seu marido nunca fora preso, tendo o regime sionista usado Nahr como isca para fazê-lo sair da clandestinidade. O romance termina com a promessa da reunião dos dois, que os leitores não testemunham.

ALW também joga com a relação entre passado e presente, História e ficção, fazendo a narrativa ir e voltar entre cenas de Nahr na cela da prisão – um lugar chamado “O cubo”, onde o tempo não passa e em que a protagonista escreve sua história de vida, ironicamente inserindo-se *no* tempo – e suas memórias do passado, que, como ficamos sabendo ao fim do romance, são a história que ela escreveu na prisão sionista – a história que nós, leitores, estamos lendo. Mais uma vez, poderíamos eleger o tempo como tema de discussão em nossa análise. No entanto, falar do tempo em *ALW* implica necessariamente falar do espaço, especificamente, do espaço natural, historicamente modificado pelos sujeitos.

Há muitas descrições de paisagens no romance, especialmente nas partes dedicadas à vida de Nahr no Kuwait e na Palestina. Para se adequar à nossa análise, vamos focar apenas na Palestina, aqui descrita na primeira visita de Nahr depois de adulta:

A paisagem, a topografia, o clima e os cheiros não eram diferentes dos da costa oriental do rio Jordão, mas a Palestina não era nem um pouco como a Jordânia. Havia um imenso silêncio para além do caos de pessoas perambulando, esperando em meio a carros estacionados, táxis, soldados, carrinhos. Eu contemplava a área que se estendia até onde os montes ondulados tocam o céu. Cenas começaram a se amontoar no meu peito, me fazendo respirar fundo. Memórias de duas viagens feitas quando éramos crianças com nosso Baba; os contos de Sitti Wasfiyeh sobre Ein el-Sultan; histórias sobre Haifa contadas por Mama e Baba, pelos vizinhos e por amigos. Várias, que eu pensei ter esquecido, apagado da mente, nem sequer ter prestado atenção. Elas estavam todas ali, de repente, para me dar as boas-vindas, me envolvendo no abraço do nosso deslocamento forçado de um lugar ao qual todas as nossas histórias vão e retornam. Foi aqui que começamos. Que nasceram nossas canções, que foram enterrados nossos ancestrais. Dava para ouvir o *adan* vindo de minaretes ocultos. Os sons flutuavam até mim, me deixavam arrepiada, me faziam fechar os olhos e inalar o chamado para a oração (2020, não paginado, Capítulo “The Layers of Absence” [“As camadas de ausência”], tradução nossa)

Milton Santos (2006) define paisagem como um “conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre

homem e natureza” (p. 66). “Paisagem”, vista por Santos, implica, portanto, temporalidade (tanto presente quanto passada) e cultura (as “relações localizadas entre homem e natureza”). A passagem de *ALW* transcrita acima engloba os dois aspectos da definição do brilhante geógrafo. As formas mencionadas por Santos podem ser consideradas em termos de sua concretude: os prédios e construções que alteram o espaço em que vivemos; a infraestrutura que construímos, a fim de tornar a natureza mais adequada às nossas condições de vida; o trabalho empreendido pelos sujeitos; os meios de produção exigidos para empreender tal trabalho – tudo isso ajuda a configurar a paisagem, às vezes não deixando traços tão logo o processo é concluído; às vezes causando um impacto que deixa rastros e até destruição pelo caminho.

Mas esse aspecto concreto, de certa forma, também técnico, deve ser considerado no que ele tem de abstrato: (i) o modo de produção a que estão subsumidos os meios; e (ii) como esse modo afeta e molda relações humanas com o espaço transformado. No trecho do romance destacado acima, o que está em jogo é precisamente esse nível de abstração, principalmente porque, apesar da “continuidade” geográfica entre a Cisjordânia e a Jordânia, que aparentemente (sob um ponto de vista estritamente físico) tornaria as duas regiões idênticas uma à outra, o que temos são dois mundos completamente distintos. A memória involuntária dos filhos dos colonizados, que se apropriam das memórias de seus ancestrais, como o fez Nahr, aguçam um outro sentido – um sentido que vai além da visão, da audição, do tato e do olfato, todos presentes na descrição da protagonista – e constrói algo novo em cima do que já existe, transformando, portanto, o existente.

Mas em nenhuma outra passagem, a abstração que determina o concreto das formas de paisagem é mais evidente do que nos momentos em que os personagens comentam sobre o impacto do colonialismo sionista na terra:

O sol tinha sumido há um tempo, e estávamos sentados sob uma marquise de estrelas projetadas num fundo de escuridão densa, que faz vagarem nossa imaginação e nossos medos. Eles poderiam pôr Jandal e outros milhares como ele na mira de seus fuzis e puxar o gatilho, mas não éramos impotentes. As possibilidades de resistência armada criativa eram vastíssimas.

Bilal e eu fizemos um piquenique numa sexta-feira à noite, abrigados numa barraca aninhada entre as árvores plantadas nos limites do olival da família, não muito longe do “nosso lugar”. Não tínhamos voltado àquele local desde que Jandal fora assassinado, mesmo que parte de seu rebanho continuasse ali. Um dos primos de Jandal tinha assumido o trabalho de pastoreio, para preservar o legado do jovem. Mas para Bilal já não era a mesma coisa, e ele raramente visitava os animais agora.

– Eu preciso contar uma coisa para você, caso algo aconteça comigo. Por enquanto, só o Ghassan está sabendo – disse Bilal, levando a xícara de chá aos lábios.

Fiquei calada esperando.

– Você percebeu que as amendoeiras estão morrendo?

Eu tinha percebido. Já tínhamos falado disso antes. Israel raciona a água dos palestinos, principalmente dos fazendeiros, para, em seguida, confiscar as fazendas e os pomares à beira da morte por falta de cuidado.

– Você acha que os judeus vão tomar as nossas plantações? – perguntei.

Ele respirou fundo e desviou o olhar, pensando em como me dizer o que diria a seguir:

– Um dos trabalhadores que instalou o encanamento do assentamento é um velho amigo meu. Ele aceitou o trabalho porque estava desesperado, então eu não o culpo. Mas paguei para ele furar dois buracos no cano e conectar nele tubos fininhos levando água até as amêndoas.

[...]

– Como eu posso ajudar a conectar as mangueiras? – enfim perguntei.

As palavras estavam na ponta da sua língua, mas ele não respondeu.

– Eu estou disposta a fazer qualquer coisa – continuei.

– Nós temos certeza que eles têm algum tipo de sistema de segurança, mas eles ainda não se estabeleceram a ponto de ter câmeras fixas. Pelo que eu vi, só tem uma guarita com soldados de vigia, porque o assentamento ainda é muito pequeno – Bilal começou a falar – Eu preciso que você conecte os tubos enquanto eu distraio os soldados. Vou explicar exatamente o que você tem que fazer (2020, não paginado, Capítulo “Chaos Theory” [“Teoria do caos”], tradução nossa).

Esse trecho foi retirado de uma parte essencial do romance. Ele marca o primeiro ato explícito, organizado e intencional de resistência de que Nahr participa. O trecho também é significativo porque, já no fim do livro, é graças àquela conexão clandestina de canos que nossos dois protagonistas conseguem sabotar a água que os colonos israelenses bebem. Ademais, torna-se claro, pela narração de Nahr, que uma das principais táticas de um poder colonizador, além de tomar a terra à força, é romper o que Milton Santos chamou há pouco de “relações localizadas entre homem e natureza”: ao destruir as condições que permitem ao colonizado continuar vivendo conforme as formas, tanto abstratas quanto concretas, sob as quais vivia antes, o colonizador impõe novas formas, cujo impacto sobre a paisagem (o envenenamento do solo e dos mananciais, a morte das árvores, a destruição dos modos de subsistência, a geração de fome etc.), necessariamente produz uma outra, da qual o colonizado se vê apagado. Até quando seus traços e rastros ainda estão ali, como na casa de palestinos invadida por sionistas em “Retorno a Haifa”, as formas constitutivas da paisagem nunca mais são as mesmas, e o objeto, embora em aparência idêntico ao que fora, não guarda sua essência.

Em determinado momento, discutindo os planos para uma operação que tem como alvo soldados das IOF, Nahr pergunta a Bilal o que aconteceria após a execução do ataque. “E depois?” (“*Then what?*”), questiona ela. Uma pergunta, para todos os efeitos, simples. A resposta de Bilal: “Não existe *depois* aqui’ [...]. ‘A gente faz o que pode para lutar contra eles e aguenta as consequências, quaisquer que sejam elas e o quão pesadas forem” (não paginado, Capítulo “Chaos Theory” [“Teoria do caos”], grifo do original, tradução nossa). É possível que essa resposta nunca tenha soado tão verdadeira quanto soa hoje. A pergunta de Nahr, contudo, é mais contundente e poderia ser reformulada como: “e agora?”

Por mais incerta que possa soar essa indagação, menos incerta, porém mais árdua, é a via apontada pela História: lutar e resistir – algo que vem acontecendo na Palestina desde antes de 1948. Nesse sentido, “e agora?”, referindo-se ao presente, torna-se assim um modo de vislumbrar o futuro, ao mesmo tempo que se volta ao passado. Esse movimento triplo é

muito bem representado por um momento em *Against the Loveless World*, no qual Nahr é apresentada a uma cidade subterrânea, encontrada por Bilal e por seus amigos embaixo das casas na Cisjordânia ocupada:

Havia uma cidade sob uma cidade, e talvez outra embaixo desta. Talvez mais camadas ainda. Ela estava ali há séculos, quem sabe há milênios. Quando descii pela corda escondida atrás da caixa da descarga no banheiro do salão, pensei que entraria numa espécie de caverna, como os túneis de contrabando de drogas nos Estados Unidos que eu tinha visto na televisão. Mas aquilo era outra coisa.

[...]

Segui Jumana e Bilal por mais ou menos seis metros, em direção a uma luz bruxuleante, onde se abria um corredor que levava a uma câmara com três arcos e duas colunas sólidas sustentando paredes de pedra que circundavam uma pequena piscina de água negra estagnada. O espaço inteiro devia medir uns seis metros por cinco. Duas lanternas de pilha projetavam uma luz fraca através de uma escada antiga localizada num canto e que levava a uma parte mais profunda do solo, ainda não escavado. Um dia, vida havia pulsado ali. Eu mal podia acreditar no que estava vendo. Aquelas tinham sido casas, cabines, espaços públicos. Aquela câmara era um outro mundo, um mundo feito de tempo e de lama.

[...]

– Tenho certeza que este cômodo leva a outras câmaras localizadas nos subsolos das casas. Vai saber qual a extensão disso tudo. Nossos ancestrais as construíram. Acredito que eles estão aqui agora, para nos ajudar (2020, não paginado, Capítulo “A World Beneath & ‘Our Spot’ Above” [“Um mundo embaixo e ‘nosso lugar’ em cima”], tradução nossa).

Ao ler a passagem acima, que remete à descrição de Abulhawa em seu segundo romance, *O azul entre o céu e a água*, vem-nos à mente um espaço que se expande verticalmente, por camadas laminadas de tempo, cujos sedimentos se juntam para formar uma nova totalidade – sedimentos que, após séculos e séculos de deposição, podem literalmente ser escavados e removidos, de modo a se depositarem (agora, num sentido figurado) em outro lugar: tanto na forma da memória individual quanto na da memória coletiva. Ao mesmo tempo, sob o genocídio atual, falar de escavação e de H/histórias sendo enterradas sob camadas de sedimentos, não podemos evitar de evocar as imagens assombrosas de pessoas esmagadas e/ou para sempre perdidas sob os escombros; dos habitantes de Gaza cavando o entulho para tentar resgatar os corpos ou partes dos corpos de seus entes queridos.

Ao contrastarmos o trecho do romance com fotos e vídeos de palestinos enterrados sob os objetos que, um dia, constituíram suas vidas e sociabilidade – enquanto parentes e amigos escavam os dejetos em busca deles –, poderíamos chamar à discussão o que muitos, desde Walter Benjamin (2019 [1982]), vêm chamando de “imagem dialética”: um efeito gerado pelo encontro de duas imagens contrastantes. De fato, as fotos e vídeos do genocídio transmitido em *streaming* são o oposto da imagem ficcional de Abulhawa. Mas ao justapor a ambos, em vez de produzirmos um efeito dialético, a impressão é que a selvageria e o vazio se sobrepõem à História e à luta política. Embora trate-se de instantâneos do presente, as imagens atuais vindas de Gaza, exibidas em massa, diariamente, diante de nossos olhos, tomam *precedência* em relação à História antiga de um povo, ainda que não a precedam cronologicamente.

E isso não é acidental, já que um dos propósitos de tamanha destruição é negar àquele mesmo povo o direito à dignidade e à própria História, que o colonialismo visa apagar. Nesse sentido, o modo anestesiador de veiculação e de publicação dessas imagens confere a elas uma qualidade de buraco negro, engolindo tudo que veio antes e, assim, tornando impossível que a memória de uma civilização sobreviva às representações visuais de sua miséria, desespero e desumanização. Em outras palavras, nas imagens da brutalidade e selvageria israelenses, não podemos ver os traços da História milenar e civilizacional dos palestinos, como quem vê, em pedaços de tecido descartados e jogados na sarjeta, o drapeado da túnica de uma ninfa¹³. Não há temporalidade, passada nem muito menos futura, possível de ser resgatada nas/das imagens de um genocídio que chega até nós em tempo real: ali só há vazio e negação da História.

Apenas será possível recuperar o potencial dialético da justaposição pictórica se pudermos inverter a ordem temporal e fazer as imagens do passado (que revelam uma História encoberta) virem depois das imagens do presente, negando-as – no sentido hegeliano da palavra “negar” –, a fim de que um novo futuro possa enfim emergir. Em certo sentido, analisar a literatura de Susan Abulhawa é nossa humilde tentativa de fazer isso. Da mesma forma, a própria autora opera dialeticamente ao sobrepor imagens da História e de histórias da resistência palestina a cenas do horror colonial.

4 O fim... é só o começo

Em seu ensaio “*Sobre el concepto de utopía*”, Ernst Bloch, ao destacar as qualidades temporais e espaciais da utopia, trata dela como uma categoria do futuro no passado (1980, *passim*), o que significa que nossas projeções e imaginações do futuro devem necessariamente se enraizar no passado. Homens e mulheres fazendo sua própria História, mas não como o desejam¹⁴, talvez fosse exatamente o que Bloch tinha em mente ao discutir essas relações temporais, pelo menos, no que diz respeito ao pensamento utópico. O trecho de *Against the Loveless World* transcrito por último, de certo modo, espelha a ideia do filósofo judeu de nacionalidade alemã. A cidade subterrânea desenterrada se torna um sítio em que revolucionários armazenam suas armas e planejam suas ações. Ao fim do romance, quando o leitor fica sabendo que Nahr será libertada numa troca de reféns, fica implícito que os soldados das IOF capturados pelos membros da resistência, soldados que ficaram desaparecidos durante anos, foram mantidos por Bilal na cidade subterrânea, como parte do último ato da missão de dezesseis anos empreendida pelo revolucionário para resgatar Nahr.

Ideológica e literariamente, escavar o passado para cimentarmos, imaginativamente, a fundação de um novo futuro é o que nos separa da miséria real-capitalista¹⁵ dos que fazem apologia do genocídio – e é o que nutre em nós a esperança de que a Palestina *vai* se erguer de novo. Imaginar o que vem depois da ruptura trazida pela resistência é, portanto, o próximo passo.

¹³ Georges Didi-Huberman (2002) em *Ninfa Moderna*.

¹⁴ Cf. MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2012[1850].

¹⁵ Nova alusão a Mark Fisher (2009).

REFERÊNCIAS

- ABULHAWA, Susan. *Against the loveless world*. London: Bloomsbury, 2020. E-book.
- ABULHAWA, Susan. *As madrugadas em Jenin*. Tradução Alda Rodrigues. S.l.: Pontas Literary & Film Agency, 2006. E-book.
- ABULHAWA, Susan. *Mornings in Jenin*. London: Bloomsbury, 2010. E-book.
- ABULHAWA, Susan. *O azul entre o céu e a água*. Tradução Jeane D. Clark. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017 [2015]. E-book.
- BARTHES, Roland. *La chambre claire: note sur la photographie*. Paris: Éditions de l'Étoile; Gallimard; Seuil, 1980.
- BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 6. ed. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993 [1931]. p. 91-107.
- BENJAMIN, Walter. N [Teoria do conhecimento, teoria do progresso]. In: BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Tradução Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: UFMG, 2019 [1982]. v. 2, p. 759-807.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. Tradução Sergio Paulo Rouanet. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993 [1940]. p. 222-234.
- BLOCH, Ernst. Sobre el concepto de utopía. In: BLOCH, Ernst. *¿Despedida de la utopía?* Tradução Sandra Santana Pérez. Madrid: Machado Libros, 1980. E-book.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Ninfa Moderna*. Essai sur le drapé tombé. Paris: Gallimard, 2002.
- DUBOIS, Philippe. *O Ato fotográfico*. São Paulo: Papyrus Editora, 2012 [1990].
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução Lígia Fonseca Ferreira e Regina Salgado Campos. Rio de Janeiro: Zahar, 2022 [1961]. E-book.
- FISHER, Mark. *Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* São Paulo: Autonomia literária, 2009.
- JAMESON, Frederic. *Postmodernism, or, The Cultural Logic of Late Capitalism*. Durham: Duke University Press, 1997. E-book.
- KANAFANI, Ghassan. *Retorno a Haifa*. Tradução Ahmed Zoghbi. São Paulo: Tabla, 2023. E-book.
- LUKÁCS, György. *O romance histórico*. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo editorial, 2011. E-book.
- MARCUSE, Herbert. *O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada*. Tradução Robespierre de Robespierre de Oliveira, Deborah Christina Antunes e Rafael Cordeiro Silva. São Paulo: Edipro, 2015 [1964].
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo editorial, 2010 [1982].
- MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2012 [1850]
- MÁRQUEZ, Gabriel García. *Cem anos de soldião*. Tradução Eliane Zaurt. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2017 [1967].

PAPPÉ, Ilan. *La limpieza étnica de Palestina*. Tradução Luis Noriega. Barcelona: Memória Crítica, 2008 [2006].

SAID, Edward. *Culture and Imperialism*. New York: Vintage Books, 1994.

SAITO, Kohei. *O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política*. Tradução Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo editorial, 2021. E-book.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Editora da USP, 2006.

STOLER, Ann Laura. Colonial Archives and the Art of Governance. *Archival Science*, v. 2, p. 87-109, 2002.